

R31d	Reis Filho, Daniel Aarão, 1946-
	Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988 / Daniel Aarão Reis Filho. – 1.ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
	Inclui bibliografia
	ISBN 978-85-378-1182-5
	1. Brasil – História – 1964-1985. 2. Brasil – Político e governo – 1964-1985. 1. Título.
	CDD: 981.06 CDU: 94(81)'1964/1985'
	13-07594

Sumário

1. Ditadura no Brasil: uma incômoda e contraditória memória	7
2. A gênese da ditadura (1961-1964)	17
3. Ditadura ou democracia: a busca de uma identidade (1964-1968)	47
4. Os anos de ouro e de chumbo: a retomada do nacional-estatismo (1968-1974)	74
5. O governo Geisel e os planos de uma nova institucionalização da ditadura (1974-1979)	93
6. A transição democrática (1979-1988)	125
7. A Constituição de 1988 e a restauração da democracia	149

À maneira de posfácio: reflexões sobre ditadura e democracia no Brasil	167
---	------------

Cronologia 173

Lista de siglas 178

Notas 181

Bibliografia 186

1. Ditadura no Brasil: uma incômoda e contraditória memória

A DITADURA INSTAURADA em 1964 faz cinquenta anos.

Aconteceu, naquele ano, uma vitória fulminante das forças conservadoras no país. Apoiado em amplos movimentos sociais, quase sem dar um tiro, dobrando resistências que se imaginavam consideráveis, unificando quase todas as Forças Armadas e as principais instituições republicanas, um golpe de Estado depôs o presidente da República legalmente eleito e instaurou uma ditadura que durou quinze anos.

Ao longo das décadas, excetuando-se o décimo aniversário, em 1974, as datas redondas (1984, 1994 e 2004) do episódio assinalaram um progressivo encolhimento dos que, mesmo com ressalvas, identificavam-se com a ditadura ou a defendiam. Hoje, passado meio século, as forças políticas presentes na sociedade, pelo menos as de maior destaque, condenam a aventura golpista, e não é fácil encontrar alguém que a resgate numa chave positiva.

Como já ocorreu muitas vezes na história, ao virar as costas para o passado ditatorial e empreender a construção de uma alternativa, grande parte da sociedade brasileira preferiu demonizar a ditadura vigente nos anos anteriores e celebrar novos valores – democráticos. Tais valores, aliás, segundo diferentes, mas convergentes, versões, nunca teriam sido revogados da consciência nacional. O país fora, pura e simplesmente, subjugado e reprimido por um regime ditatorial denunciado

agora como uma espécie de força estranha e externa. Como uma chapa de metal pesado, caída sobre vontades e pensamentos que aspiravam à liberdade.

Assim, em vez de abrir amplo debate sobre as bases sociais da ditadura, escolheu-se um outro caminho, mais tranquilo e seguro, avaliado politicamente mais eficaz, o de valorizar versões memoriais apaziguadoras onde todos possam encontrar um lugar.

Desde os anos 1980, para a elaboração da conciliação nacional e de um pacto democrático, tendeu a predominar a versão de que a sociedade brasileira apenas suportara a ditadura, como alguém que tolera condições ruins que se tornaram de algum modo inevitáveis, mas que, cedo ou tarde, serão superadas, como estava, de fato, acontecendo.

A ditadura fora escura noite, um tempo de trevas, mas venceu a manhã, confirmando os versos proféticos do poeta Thiago de Mello, formulados logo depois da vitória do golpe: “Faz escuro, mas eu canto, porque a manhã vai chegar.” Manhã e noite. Numa arquitetura simplificada, muitos se confortavam com raciocínios polarizados. Opressão e Liberdade. Ditadura e Democracia. Repressão e Resistência. Esta última palavra tornou-se um mote, repetido à exaustão.

A sociedade fora silenciada pela força e pelo medo da repressão. Mas resistira. Por diferentes meios e caminhos, inúmeras vezes em silêncio, articulando os mais diferentes setores. Assim, a luta revolucionária contra a ditadura seria reinterpretada como uma forma de resistência ao absoluto fechamento do regime, uma tentativa imposta pela ausência de brechas institucionais que viabilizassem, de algum modo, as lutas democráticas, uma reação desesperada à falta de al-

ternativas. Como se coubesse à ditadura a responsabilidade pela luta armada.

Contribuição relevante nesse sentido seria proporcionada por uma série de entrevistas e memórias formuladas por ex-guerrilheiros, entre as quais se destacou, desde logo, a de Fernando Gabeira. A saga guerrilheira ganhou aí uma versão simpática e bem-humorada, suscitando uma atmosfera de indulgência e de compreensão.¹ Os que haviam se levantado com armas nas mãos, bravos jovens, generosos, mas equivocados, teriam sido apenas, inconscientemente, uma espécie de “braço armado” da resistência democrática.

Outras memórias, com distintas orientações, embora de qualidade, não mereceriam a mesma acolhida porque não estavam sintonizadas com as aspirações majoritárias ao apaziguamento e à conciliação.²

A vitimização dos que lutaram contra a ditadura e a vigorosa denúncia contra ela ganhariam uma obra de síntese quando veio à luz, alguns anos mais tarde, o livro *Brasil: nunca mais*. Um longo trabalho preparado desde fins dos anos 1970, sob os auspícios da Arquidiocese de São Paulo. Oferecia-se ali, com base nos processos arquivados no Supremo Tribunal Militar (STM), copiados em segredo, uma sistematização fundamentada das denúncias contra as violações dos mais elementares direitos humanos, perpetrados pela “comunidade de informações”, com a cumplicidade, ativa e passiva, dos tribunais, militares e civis, e do conjunto das instituições republicanas.³ Os perseguidos pela mão pesada da ditadura não passavam de vítimas, torturadas, exiladas e assassinadas por um regime cruel e desumano.

Em 1979, o país parecia entrar em nova fase com a revogação dos Atos Institucionais, desde o início do ano, a aprovação

da Lei da Anistia, em agosto, e o retorno, em seguida, dos exilados políticos. As grandes maioria confortavam-se com a ideia de que a opção democrática, uma promissora alvorada, dispunha de fundas e autênticas raízes históricas.

Mas havia ali ainda muitos pontos cegos e alguns nós difíceis de desatar. Em destaque, os Centros de Operações de Defesa Interna (Codis), com seus braços armados, os Destacamentos de Operações e Informações (DOIs), responsáveis imediatos pela caça e tortura de muitos dos que se opuseram ao regime. Prefiguradas já na *Operação Bandeirantes*, em São Paulo, em funcionamento desde 1969, e nacionalmente organizadas a partir de setembro daquele ano, essas agências da repressão continuavam vivas e ativas. Intocadas. E inconformadas com o processo de transição democrática. Eram a expressão militar radicalizada de um conjunto de forças políticas conservadoras que observavam com reservas o retorno do regime democrático e que detinham considerável influência e poder de decisão no governo federal, em governos estaduais e municipais, sem falar no Poder Judiciário e no Congresso Nacional.*

Além disso, no topo do poder, o presidente eleito – por seis anos – era um general, sufragado, em novembro de 1978, por um Congresso tolhido pelo regime de exceção, mais ditador do que presidente. Como compatibilizar a anomalia com um regime democrático?

E o que dizer de toda uma legislação ditatorial legada pelos abortos constitucionais de 1967 e de 1969, mutilada e remen-

* Não esquecer que a Lei da Anistia, embora restrita e condicional, foi aprovada no Congresso por escassa margem: 206 × 201 votos.

dada por decisões arbitrárias escoradas nos Atos Institucionais, condicionando o conjunto da vida política, um verdadeiro “entulho autoritário”, como muitos desde então denunciavam?

Evidenciavam-se, de forma clara, os obstáculos e as barreiras que aquela transição democrática, apenas iniciada, iria enfrentar.

Sem embargo, na atmosfera do verão da anistia, na virada para o ano de 1980, havia uma certa euforia no ar, um tanto ingênuo talvez, ignorante dos perigos que a cercavam, mas indicativa de um conjunto de forças que passara a preconizar, embora com distintas motivações e diferentes objetivos, o fim da ditadura. Assim, depois de longa, triste e cruel noite, triunfaria a “resistência”, para a qual todos e cada um haviam dado a própria contribuição.

Entretanto, havia conflitos na memória veiculada sobre o golpe de 1964.

Na segunda metade dos anos 1980, reagindo à comoção, às polêmicas e às acusações suscitadas por *Brasil: nunca mais*, o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, autorizou, em 1985, a Seção de Informações do Centro de Informações do Exército (CIE) a preparar versão própria dos acontecimentos. Tomou corpo, então, o chamado Projeto Orvil (“livro”, ao contrário), que resultou, dois anos depois, num volumoso trabalho de quase mil páginas, justificando o golpe e explicando a ditadura como recurso último e legítimo contra ações esquerdistas que desembocariam, caso não fossem contidas pela violência, na instauração de uma ditadura socialista no país. Considerado inconveniente nas circunstâncias, o texto acabou não sendo divulgado. Entretanto, antes de ser recentemente editado, circulou de forma clandestina por anos a fio,

oferecendo argumentos aos que se mantiveram fiéis à memória positiva dos chamados “anos de chumbo”.⁴

Foi necessário esperar os anos 1990 para que se editassem as primeiras versões dos chefes militares, numa iniciativa de caráter acadêmico do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDoc), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Assim, foram publicados três volumes com depoimentos sobre o golpe, os governos ditoriais e o processo que levou à redemocratização do país.⁵ Em seguida, em fins da mesma década, surgiu um extenso depoimento do general Ernesto Geisel e, anos depois, um dossiê sobre sua trajetória, apresentados, ambos, com rigor e análise acadêmicos.⁶ Em 2004, seria lançada uma biografia de Humberto de Alencar Castello Branco, o primeiro presidente-ditador do regime instaurado em 1964, já aí com claro viés laudatório.⁷ Ainda em 2004, a Biblioteca do Exército voltaria a apresentar, em dez volumes, em tom positivo, comprehensivo, ou francamente de celebração, ao lado de alguns poucos intelectuais ou lideranças civis, as interpretações de oficiais das Forças Armadas sobre a “revolução democrática” e a ditadura que se seguiu.⁸

Na mesma linha, a princípio de forma tímida, mais tarde com alguma desenvoltura, seriam redigidos livros de “combate”, condenando-se, com veemência, o “terrorismo” de esquerda e justificando-se a implantação da ditadura para salvar o país do comunismo e da corrupção. Destacaram-se nessa espécie de missão, além de ex-chefes militares de renome, intelectuais de direita e notórios torturadores.⁹

Nesse quadro complexo de memórias diferenciadas e contraditórias, não se pode ignorar, no entanto, a predominância, largamente hegemônica, das referências propostas e fixadas

em 1985 pelo *Brasil: nunca mais*. Elas se tornaram uma espécie de lugar-comum. Habitam discursos políticos, livros didáticos, filmes e materiais diversos de análise e divulgação. Podem ser sintetizadas numa tese: a sociedade brasileira viveu a ditadura como um pesadelo que é preciso exorcizar. Tal fórmula ganharia alento, e ampla difusão, com a constituição no Arquivo Nacional do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil, também chamado de “Memórias Reveladas”, instituído em 2005 por decreto do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e vinculado diretamente à Casa Civil da Presidência da República. Ali se passou a formular uma espécie de “história oficial das lutas contra a ditadura”, consagrando-se uma certa cronologia (1964-1985) e se ocultando, cuidadosamente, as relações complexas entre a ditadura e a sociedade brasileira, em especial, os apoios e as bases sociais com os quais a ditadura contou desde sua gênese e enquanto existiu.¹⁰

Faz parte também da reconstrução da história a constituição, desde 2012, da chamada Comissão Nacional da Verdade (CNV). Demasiadamente dependente do governo federal, sem a necessária autonomia, a CNV, porém, no início de seus trabalhos, distanciou-se das teses dos “dois demônios” e definiu como sua atribuição básica a investigação dos crimes cometidos pelos agentes do Estado durante o último período ditatorial. O grande problema é o “muro de silêncio”, imposto pelas Forças Armadas. Ora, parece evidente que, sem quebrá-lo ou contorná-lo, pouco se poderá aprofundar o conhecimento a respeito dos assuntos que precisam ser esclarecidos. A CNV, em fins de 2013, encontrava-se numa situação crítica, com perda de membros efetivos, demissões de assessores e, principalmente, uma certa imprecisão quanto a seus objetivos e rumos.

Suas ambiguidades e ambivalências são o resumo – e a síntese – das ambiguidades e ambivalências com que a sociedade mais ampla tem enfrentado essas questões.

O interessante é que as Forças Armadas, como se fossem “um Estado dentro do Estado”, continuaram sustentando, e sustentam até hoje, a versão divulgada pelo Projeto Orvil, o que se pode verificar em sites, colégios, escolas e centros de formação militares e em clubes que reúnem as oficialidades de Exército, Marinha e Aeronáutica. Em outras palavras, para as Forças Armadas, a ditadura continua sendo apresentada – e cultivada – como uma “revolução democrática” que salvou o país do comunismo e do caos.

Entretanto, essas versões, saturadas de memória, não explicam nem conseguem compreender as raízes, as bases e os fundamentos históricos da ditadura, as complexas relações que se estabeleceram entre ela e a sociedade e, em contraponto, o papel desempenhado pelas esquerdas no período. Também não explicam, nem conseguem compreender, a ditadura no contexto das relações internacionais e na história mais ampla deste país – as tradições em que se apoiou e o legado de seus feitos e realizações que perdura até hoje.

Este é o desafio que o presente livro pretende enfrentar.

No próximo capítulo, o segundo, começaremos pelo início: o processo que desembocou na instauração da ditadura. Trata-se de reconstruir o contexto internacional e os grandes movimentos sociais que fizeram da primeira metade dos anos 1960 o período mais quente da história republicana, quando a sociedade esteve numa encruzilhada de caminhos alternativos. Como complemento, serão revisitadas as versões sobre 1964: uma revolução? Um simples golpe de Estado?

No terceiro capítulo, estudaremos o desenvolvimento contraditório dos dois primeiros governos ditoriais, as oscilações de uma ditadura “envergonhada”,* os zigue-zagues, o que se conservou e o que mudou, as oposições encontradas, em particular os movimentos que levaram ao turbulento ano de 1968.

O quarto capítulo apresentará e discutirá os êxitos da modernização conservadora, os anos de ouro e de chumbo do regime no quadro da retomada das tradições nacional-estatistas, inauguradas por outra ditadura, a do Estado Novo. O enfrentamento com os programas revolucionários de esquerda e a exacerbada da repressão e da tortura como política de Estado. O impacto que as propostas de esquerda tiveram no contexto de uma sociedade que, afinal, nunca se rebelou de forma radical contra a ordem vigente.

No quinto capítulo, a análise se voltará para o governo Ernesto Geisel e os planos de institucionalização do regime ditatorial. As relações complexas entre a distensão, “lenta, segura e gradativa”, e a repressão. As proezas e as contradições do “milagre econômico”, a radicalização do nacional-estatismo, o desmantelamento completo das esquerdas e o ressurgimento e fortalecimento de oposições democráticas.

No sexto capítulo observaremos como se foi extinguindo a ditadura, redefinindo-se, transformando-se, transitando lentamente para o regime democrático, mudando de pele como um camaleão muda de cores, numa lenta metamorfose que até hoje suscita polêmicas a respeito de quando, efetivamente, terminou. Nossa escolha recai em 1979, quando deixou de existir o estado de exceção, com a revogação dos Atos Institucionais,

* A expressão é de Elio Gaspari, cf. Bibliografia.

e foi aprovada a Lei da Anistia, ensejando o retorno dos exilados. Daí em diante, abriu-se um período de transição, até 1988, quando se aprovou uma nova Constituição, a "Constituição cidadã", segundo o discurso oficial.

No sétimo e último capítulo será analisada a obra constitucional, celebrada como o marco definitivo do restabelecimento de um regime democrático "consolidado". A finalidade será avaliar as mudanças e as continuidades em relação ao regime ditatorial e a forma como elas se combinaram com as propostas de construção de uma democracia fundada sobre as liberdades individuais e o Estado de Bem-Estar Social. Será importante aí a avaliação do legado da ditadura, a permanência, ou não, de referências, leis e instituições criadas ou reforçadas pelo regime instaurado em 1964, explicitando-se as relações complexas com a tradição nacional-estatista, sólida cultura política nacional. Aprovada a Constituição, fechou-se um ciclo. Da ditadura fez-se a democracia. Cordialmente, macunaimicamente, brasileiramente.

Encerrando o livro, à maneira de posfácio, serão apresentadas reflexões a respeito da ditadura e da democracia no contexto geral da história do Brasil.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1985*. Rio de Janeiro : Zahar, 2014

À maneira de posfácio: reflexões sobre ditadura e democracia no Brasil

NA INSTALAÇÃO DOS TRABALHOS CONSTITUINTES, em fevereiro de 1987, Ulysses Guimarães, à guisa de constatação e vaticínio, disse: "A nação quer mudar, a nação deve mudar, a nação vai mudar." Cerca de um ano e meio depois, em outubro de 1988, quando da solene promulgação da "Constituição cidadã", o velho político tornou a registrar, comovido e otimista: "A nação mudou."

Quando este livro for publicado, já terão se passado mais de 25 anos do dia em que essas palavras foram proferidas. E cinquenta anos do dia em que, em nome da liberdade e da democracia, instaurou-se uma ditadura que durou longos quinze anos.

Não há o que discutir: a nação mudou. Mudou profundamente. A Constituinte e a Constituição exprimiram essa mudança, modelando, através da refundação do pacto republicano-democrático, outras transformações que haveriam de vir.

Resta caracterizar melhor essa mudança. Refletir sobre o seu sentido. Interpretá-lo. Para que se possa sondar o futuro.

Entre 1960 e 2014, o Brasil virou de ponta-cabeça.

O país agrário tornou-se urbano. O arquipélago de cidades e regiões, ainda dispersas e fragmentadas, interligou-se, integrou-se. Em boa medida, depois da criação de Brasília, mudou igualmente a correlação entre o "interior" e o "litoral". A paisagem social transformou-se por meio de migrações maciças,

do ingresso das mulheres no mercado de trabalho, do protagonismo cada vez maior das populações negras e pardas. Operou-se uma mutação demográfica – em poucas décadas, realizou-se um processo que levou séculos em outros países, alterando-se, de forma consistente, as taxas de nascimento e de mortalidade, a proporção relativa de crianças, jovens, adultos e idosos.

A economia mudou de patamar, dando um salto de qualidade. Constituiu-se uma base industrial integrada e uma agricultura moderna, formada por unidades voltadas para a exportação. No campo da educação e da cultura, estruturou-se um sistema de pós-graduação atualizado, aumentando de modo substancial a população matriculada nos vários níveis de ensino. Mudou, em consequência, o patamar do país na América Latina e no mundo: de um lugar excêntrico, localizado num indeterminado extremo-oeste, a candidato, algo pretensioso, a uma posição de protagonismo internacional.¹

Politicamente, aconteceu o imprevisível. Depois de eleger presidente, em 1989, na pessoa de Fernando Collor de Mello, um *ersatz* de Jânio Quadros, com trejeitos parecidos, iguais tendências autoritárias e semelhante isolamento político-partidário, o país elegeu um sociólogo refinado, Fernando Henrique Cardoso,* um líder operário, Luiz Inácio Lula da Silva, e uma mulher, ex-guerrilheira, Dilma Rousseff. Nos anos 1960, há meio século, ninguém poderia imaginar que, de modo pacífico, através de processos eleitorais disputados com liberdade, essas pessoas pudessem aceder à Presidência da República.

* Atribui-se a Ulysses Guimarães a frase de que FHC poderia almejar a Presidência da República, mas... na Noruega.

Numa revolução que não disse o seu nome, anônima, sem datas precisas, épicas, sem claros divisores de água, de forma molecular, o país virou pelo avesso, refez-se uma cara. E mudou.

No entanto, de forma entrelaçada, e resistente, modificadas e subvertidas, mas não superadas, subsistiram linhas de força, constantes.

Não se alteraram as profundas desigualdades, regionais e sociais. Apesar dos recentes progressos na distribuição de renda e na maior participação dos salários na renda nacional, recuperando-se patamares dos anos 1960 que pareciam perdidos para sempre, o país continua, segundo dados das organizações internacionais, um dos mais desiguais neste mundo extremamente desigual.

Não mudou o padrão de desenvolvimento econômico e não foram abandonadas as concepções produtivistas, predadoras da natureza, apesar dos enunciados constitucionais de proteção ao meio ambiente e dos progressos – ainda tímidos – no controle do desmatamento, cuja sanha obtusa permanece impune. Da mesma forma, os eixos de desenvolvimento continuaram os mesmos, fundados na construção civil e na indústria automobilística, verdadeiras *locomotivas* do desenvolvimento industrial desde os tempos de JK, na segunda metade dos anos 1950, convertendo as cidades e a vida urbana num ambiente poluído e hostil à vida e à convivência humanas.

Tais padrões e concepções, hegemônicos, migraram, conforme é de sua natureza, para outras áreas, entre elas a educação e a cultura, cada vez mais regidas por referências e termos provindos do mundo econômico. Assim, professores, artistas e intelectuais já não fazem, pensam ou escrevem, *produzem*. E sua produtividade é medida, sobretudo, por critérios quantitativos.

No contexto da revolução informática, iniciada em meados dos anos 1960, atualmente em pleno curso, a velocidade ganha, e os níveis de produtividade adquiridos não têm gerado tempos dedicados à reflexão, à contemplação e ao bem-viver. Ao contrário, trata-se de produzir mais e mais, sem que se saiba exatamente por que e para onde se caminha.

O santo milagreiro desse processo é o Estado hipertrofiado. Sua filosofia é o nacional-estatismo, uma cultura política arraigada, com adeptos à esquerda e à direita, atravessando as conjunturas, redefinindo-se, refazendo-se sempre, revigorado, revigorando-se. Associado, o corporativismo estatal, solicitado pelas lideranças dos trabalhadores, também é consagrado e reforçado constitucionalmente. Tornaram-se ambos, Estado e corporativismo estatal, fundamentos básicos da sociedade, parecendo indestrutíveis neste início de novo século.

No interior do Estado, um Estado dentro do Estado, as Forças Armadas. Com seus próprios tribunais, escolas e academias, e suas hierarquias, solidárias e impenetráveis, os militares não se consideram nem são considerados funcionários públicos uniformizados, mas anjos tutelares da República. Em grande medida, tais critérios, como se viu, também se inscreveram na Constituição. A eles têm se curvado, humildes e reverentes, sucessivos governos democraticamente eleitos.

Pois foi nessa atmosfera, “tudo junto e misturado”, que se forjou uma nação e uma sociedade. Fez-se um país.

Resta uma incógnita, incômoda e inquietante.

E a ditadura? Que papel histórico desempenhou a ditadura?

Um dia, um poeta disse: “Tinha uma pedra no meio do caminho/ no meio do caminho tinha uma pedra.”²

Em relação ao entrelaçamento de rupturas e permanências, poder-se-ia parafraseá-lo: “Havia uma ditadura no meio desta história/ no meio desta história havia uma ditadura.”

A ditadura mais recente, instaurada em 1964, não foi curta, durou quinze anos, até 1979. Sucedeu a uma outra, quase apagada no tempo, a do Estado Novo, entre 1937 e 1945. As duas, juntas, somaram 22 anos, quase o espaço de uma geração. Ambas protagonizaram grandes mudanças. Períodos de modernização acelerada. De crescimento econômico vertiginoso. De mutações sociais. Criaram-se na primeira e se consolidaram na segunda: o Estado hipertrofiado, a cultura política nacional-estatista, o corporativismo estatal, as concepções produtivistas, a tortura como política de Estado. Quanto à tutela das Forças Armadas, vem de antes, desde a gênese da República, mas as ditaduras, sem dúvida, a confirmaram e reforçaram.

De sorte que é impossível pensar este país, a história deste país, sem refletir sobre a ditadura, ou sobre as ditaduras, porque são elos de uma mesma corrente. Consideradas em perspectiva, é difícil negar que desempenharam um papel essencial. Assinale-se que, tanto uma como a outra, foram instauradas quase sem um tiro e deixaram de existir suave e pacificamente.

Por incrível que pareça, elas não foram construídas por extraterrestres nem por “monstros”, e sim por seres humanos, aliás, eram brasileiros natos. Foram sustentadas por eles, ou por uma parte deles, e só duraram o tempo que eles, ou uma parte deles, quiseram que durassem.

Não adianta quebrar o espelho retrovisor. E olhar, inocente e candidamente, para o futuro. A ditadura – ou as ditaduras – não está apenas “lá”, no passado, mas “aqui”, condicionando o presente e, por seu intermédio, moldando o futuro. E tanto

mais suas características terão chances de permanecer quanto mais a sociedade silenciar sobre ela – ou sobre elas – ou fingir ignorá-las.

Este livro pretendeu apresentar uma narrativa crítica sobre a história da ditadura mais recente: como se instaurou, se vertebrou e alcançou um certo apogeu, para declinar e se retirar, em boa ordem. É certo que, no período final, os capitães que estavam no leme se sentiram ultrapassados, pilotando um processo que lhes fugia ao controle, inclusive porque muitos dos seus camaradas pulavam do barco, a engrossar forças oposicionistas cada vez mais diversas. Depois, houve longa transição, consumada por uma nova Constituição que forjou um estado de direito democrático tendo, em seus flancos (ou em seu coração?), legados indeléveis fixados ou consolidados no regime ditatorial.

O que se quis dizer, em síntese, foi o seguinte: não há como se libertar da ditadura sem pensar nela. Nos medos dos quais ela foi produto, nas marcas, visíveis a olho nu, que ela gravou – com ferro em brasa – no lombo da sociedade. O pensamento crítico pode constituir a melhor defesa da democracia, à maneira de um antídoto às tentações autoritárias, sempre à espreita, prontas a ressuscitar tão logo reapareçam no horizonte novas crises e outras ameaças à ordem.

Cronologia

1960

Outubro, 3. Eleições: Jânio Quadros e João Goulart, o Jango, elegem-se presidente e vice-presidente da República, em chapas diferentes.

1961

Agosto, 25. Renúncia de Jânio Quadros.

Setembro, 7. Posse de Jango como presidente, nos termos do regime parlamentarista aprovado por emenda constitucional pelo Congresso Nacional em 2 de setembro (primeiro-ministro: Tancredo Neves).

1962

Janeiro, 22. Conferência Interamericana de Punta del Este, no Uruguai, exclui Cuba da OEA. Brasil vota contra a posição dos Estados Unidos. É a Política Externa Independente (PEI), formulada desde o ano anterior. Outubro, 3. Eleições para governos estaduais. O Congresso Nacional assegura maioria às forças conservadoras, embora as esquerdas registrem crescimento relativo.

Dezembro, 30. O economista Celso Furtado apresenta o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social.

1963

Janeiro, 6. Plebiscito antecipado consagra volta ao regime presidencialista.

1964

Março, 13. Comício pelas reformas no Rio de Janeiro.

Março, 19. Primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

Março, 31. Começa o golpe de Estado contra o presidente João Goulart. Abril, 9. O autointitulado Comando Supremo da Revolução (Junta dos três ministros militares) edita um Ato Institucional, instaurando o estado de exceção, a ditadura.

1964
Abril, 11. Posse do general Humberto de Alencar Castello Branco, primeiro general-presidente, eleito pelo Congresso Nacional. Como vice-presidente, José Maria Alkmin, do PSD mineiro.

1965
Outubro, 27. Edição do AI-2. Extinção dos partidos políticos. Bipartidarismo. As eleições presidenciais passam a ser indiretas.

1967
Janeiro, 24. Promulgada nova Constituição pelo Congresso Nacional.

1968
Junho, 26. Passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro.
Dezembro, 13. Edição do AI-5. Dissolução do Congresso Nacional. Tem início o “milagre econômico” brasileiro, até 1973 (crescimento em alta, inflação em queda).

1969
Setembro, 4. Grupos guerrilheiros capturaram o embaixador estadunidense no Rio de Janeiro. A ditadura cede às exigências dos revolucionários: leitura de manifestos à nação e libertação de quinze presos políticos.

Outubro, 22. Reaberto o Congresso Nacional para consagrar o general Emílio Garrastazu Médici como novo presidente da República (vice-presidente: almirante Augusto Rademaker), devido à doença do general Arthur da Costa e Silva.

Novembro, 4. Carlos Marighella, dirigente revolucionário da ALN, é assassinado em São Paulo.

1970
Junho, 26. A seleção brasileira conquista o tricampeonato mundial de futebol. Euforia patriótica.
Novembro, 15. Eleições para prefeitos, assembleias estaduais e câmaras municipais. Vitória da Arena, com alta proporção de votos brancos e nulos.

1971
Setembro, 17. O capitão Carlos Lamarca, ligado ao MR-8, é assassinado no interior da Bahia.

1972
Abril a setembro. Sesquicentenário da Independência do Brasil. Fervor patriótico. Apogeu dos anos de ouro – e de chumbo – da ditadura. Descoberto um foco guerrilheiro na região do Araguaia, na Amazônia. Sucessivas campanhas terminarão por destruí-lo até fins de 1973.

1973
Outubro. Primeiro choque do petróleo.

1974
Março, 15. Assume a Presidência da República o general Ernesto Geisel (vice-presidente: general Adalberto Pereira dos Santos). Política de distensão lenta, segura e gradativa.
Agosto, 15. Restabelecimento das relações diplomáticas com a República Popular da China. Política do pragmatismo responsável.
Setembro, 10. Geisel envia ao Congresso Nacional o II PND.
Novembro, 15. Eleições para o Congresso Nacional e para as assembleias legislativas. Vitória do MDB nas eleições majoritárias (para o Senado Federal) e nas grandes cidades.

1975
Outubro, 25. Assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em São Paulo. IBGE anuncia que o país tem 105 milhões de habitantes.

1976
Janeiro, 19. Depois do assassinato do operário Manoel Fiel Filho, em São Paulo, Geisel demite o general Ednardo D'Ávila Mello do comando do II Exército.
Janeiro, 20. Jimmy Carter assume a presidência dos Estados Unidos.

1977
Abril, 1º. Geisel decreta o recesso do Congresso Nacional e edita uma série de reformas nos dias 13 e 14 (o “pacote de abril”).
Junho, 15. Por emenda constitucional, o Congresso Nacional aprova a instituição do divórcio.
Outubro, 12. Geisel demite Sylvio Frota, ministro do Exército.

1978

Maio, 12. Greve operária em São Bernardo do Campo (SP), iniciada por 1.600 operários da Scania-Vabis.

Dezembro, 31. Extinta a vigência dos Atos Institucionais. Encerra-se a ditadura e se inicia o período de transição democrática.

1979

Agosto, 28. Sancionada a Lei da Anistia.

Novembro, 29. Aprovada a Lei da Reforma Partidária. Extinção do bipartidarismo.

1980

Inflação alcança o patamar de 100%.

1981

Maio, 1º. Atentado frustrado no Riocentro, no Rio de Janeiro. Os responsáveis, agentes do DOI-Codi, seriam absolvidos.

1982

Novembro, 15. Eleições gerais para governadores, prefeitos, Congresso Nacional, assembleias legislativas e câmaras municipais. As oposições elegem dez governadores.

1983

Julho, 21. Primeira greve geral dos trabalhadores brasileiros depois de 1964.

Agosto, 26-28. Conlat.

Novembro, 27. Primeiro comício pelas Diretas-Já, São Paulo.

1984

Abril, 16. Último comício das Diretas-Já, São Paulo: cerca de 1,5 milhão de pessoas.

Abril, 24. A emenda constitucional que previa a volta das eleições diretas é aprovada por grande parte dos deputados, mas não alcança o quórum da maioria absoluta por 22 votos.

1985

Janeiro, 15. Tancredo Neves e José Sarney, do PMDB, são eleitos pelo Congresso Nacional para a Presidência e vice-Presidência da República.

Março, 15. José Sarney toma posse como presidente da República, em virtude de doença súbita de Tancredo Neves.

Inflação anual atinge 218,24%.

1986

Fevereiro, 28. Para combater a inflação, o presidente José Sarney anuncia o Plano Cruzado e a criação de uma nova moeda, o cruzado.

Novembro, 15. Eleições para a renovação do Congresso Nacional, que terá poderes constituintes.

1988

Outubro, 5. Promulgação de uma nova Constituição para o país, a "Constituição cidadã". Encerra-se o período de transição democrática.

Lista de siglas

ABI – Associação Brasileira de Imprensa
 Aerp – Assessoria Especial de Relações Públicas
 AI-2 – Ato Institucional n.2
 AI-3 – Ato Institucional n.3
 AI-5 – Ato Institucional n.5
 ALN – Ação Libertadora Nacional
 AMFNB – Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil
 Apra – Aliança Popular Revolucionária Americana
 Arena – Aliança Renovadora Nacional
 BB – Banco do Brasil
 BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
 BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
 BNH – Banco Nacional da Habitação
 Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 Cebrap – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
 Cedi – Centro de Documentação e Informação
 CEF – Caixa Econômica Federal
 CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores
 CIE – Centro de Informações do Exército
 CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
 CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
 CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
 CNV – Comissão Nacional da Verdade
 Codi – Centro de Operações de Defesa Interna
 Conclat – Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras
 CPDoc – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
 CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
 CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
 CUT – Central Única dos Trabalhadores
 DI-GB – Dissidência Comunista da Guanabara

DOI – Destacamento de Operações e Informações
 Embrafilme – Empresa Brasileira de Filmes Sociedade Anônima
 ESG – Escola Superior de Guerra
 FEB – Força Expedicionária Brasileira
 FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
 FGV – Fundação Getulio Vargas
 FHC – Fernando Henrique Cardoso
 Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
 FMI – Fundo Monetário Internacional
 Funarte – Fundação Nacional de Artes
 Funrural – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 Ibope – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
 INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
 Ipê – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
 IPM – Inquérito Policial-Militar
 IS – Internacional Socialista
 LSN – Lei de Segurança Nacional
 MDB – Movimento Democrático Brasileiro
 Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização
 MPB – Música Popular Brasileira
 MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
 MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
 OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
 OEA – Organização dos Estados Americanos
 ONU – Organização das Nações Unidas
 OUA – Organização da Unidade Africana
 Paeg – Programa de Ação Econômica do Governo
 Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
 PCB – Partido Comunista Brasileiro
 PC do B – Partido Comunista do Brasil
 PCUS – Partido Comunista da União Soviética
 PDC – Partido Democrata Cristão
 PDS – Partido Democrático Social
 PDT – Partido Democrático Trabalhista
 PEI – Política Externa Independente
 PFL – Partido da Frente Liberal
 PIN – Programa de Integração Nacional

PIS – Programa de Integração Social

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNB – Produto Nacional Bruto

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNS – Plano Nacional de Saúde

PP – Partido Popular

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SNI – Serviço Nacional de Informações

SNT – Serviço Nacional de Teatro

STF – Supremo Tribunal Federal

STM – Supremo Tribunal Militar

Sudene – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUS – Sistema Único de Saúde

TFR – Tribunal Federal de Recursos

UDN – União Democrática Nacional

UEE – União Estadual dos Estudantes

UnB – Universidade Nacional de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

Notas

1. Ditadura no Brasil: uma incômoda e contraditória memória (p.7-16)

1. Fernando Gabeira, *O que é isso companheiro?*
2. Entre outras, cf. Alfredo Sirkis, *Os carbonários*; Álvaro Caldas, *Tirando o capuz*; Alex Polari, *Em busca do tesouro*.
3. Arquidiocese de São Paulo, *Brasil: nunca mais*.
4. Lício Maciel e José Conegundes do Nascimento (orgs.), *Tentativas de tomada do poder* (*Orvil*).
5. Maria Celina D'Araujo, Celso Castro e Gláucio Ary Dillon Soares (orgs.), *Visões do golpe, Os anos de chumbo e A volta aos quartéis*.
6. Maria Celina D'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel e Dossiê Geisel*.
7. Francisco Ruas Santos, *Marechal Castello Branco*.
8. Aricildes de Moraes Motta e Geraldo Luis Nery da Silva (coords.), *Projeto história oral do Exército*.
9. Jayme de M. Portella, *Guerra de guerrilhas no Brasil*; Carlos Alberto Brilhante Ustra, *Rompendo o silêncio e A verdade sufocada*; Sylvio Frota, *Ideais traídos*.
10. Cf. <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/>>.

2. A gênese da ditadura (1961-1964) (p.17-46)

1. Rodrigo Patto Sá Motta, *Em guarda contra o perigo vermelho*.
2. Aline Alves Presot, *As marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe militar de 1964*.
3. Elio Gaspari, *A ditadura envergonhada*.
4. Alusão à reflexão do historiador francês Marc Bloch sobre a “estranha derrota” da França diante da Alemanha nazista, em maio-junho de 1940. Marc Bloch, *L'Étrange défaite*. Marcos Napolitano (org.), em *Comunistas brasileiros, cultura política e produção cultural*, sem citar Marc Bloch, intitula artigo com a mesma expressão (“A ‘estranha

derrota'. Os comunistas e a resistência cultural ao regime militar, 1964-1968"), mas em outro contexto e com outro sentido.

3. Ditadura ou democracia: a busca de uma identidade (1964-1968) (p.47-73)

1. Carlos Fico, *Além do golpe, versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*.
2. Marcos Sá Corrêa, *1964: visto e comentado pela Casa Branca*; Flávio Tavares, *Memórias do esquecimento*; e Jorge Ferreira, *João Goulart, uma biografia*.
3. A avaliação é de Elio Gaspari, em *A ditadura envergonhada*.
4. Maud Chirio, *A política nos quartéis*.
5. René Dreifuss, *1964: a conquista do Estado*; Denise Assis, *Propaganda e cinema a serviço do golpe, 1962-1964*.
6. Ao longo da ditadura, 149 deputados perderam o mandato. Cf. Casimiro Neto, *A construção da democracia*.
7. O hibridismo entre democracia e ditadura levou Elio Gaspari a apelidar a ditadura de "envergonhada". Cf. Elio Gaspari, op.cit.
8. Para o conceito, Daniel Aarão Reis, *A revolução faltou ao encontro*. Entre os que defendiam uma situação de impasse catastrófico no país, cf. Celso Furtado, *Dialética do desenvolvimento e Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*; Caio Prado Jr., *A revolução brasileira*; Otavio Ianni, *Estado e capitalismo, Política e revolução social no Brasil e O colapso do populismo*; Theotonio dos Santos, "El nuevo carácter de la dependencia" e *Socialismo e fascismo*; Rui Mauro Marini, *Dialéctica de la dependencia e Subdesarrollo y revolución*; Jean-Claude Bernardet (org.), *De la república oligárquica ao Estado militar*.
9. Régis Debray, "El castrismo, la longa marcha de America Latina" e "Revolución en la revolución?". Sierra Maestra, cordilheira de altas montanhas, tomadas por espessa vegetação, no oriente de Cuba, serviu de base primeira e principal para a luta do Movimento Revolucionário 26 de Julho, vanguarda das guerrilhas cubanas (1956-1959) lideradas por Fidel Castro que levaram à deposição da ditadura de Fulgencio Batista.
10. Lucia Grinberg, *Partido político ou bode expiatório*.
11. Denise Rollemberg, "Memória, opinião e cultura política" e "A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a ditadura, 1964/1974".

12. O MDB viabilizou-se apenas às vésperas do prazo final legal, fixado pelo Ato Complementar n.6, de 3 jan 1966, com 144 deputados e 21 senadores (um a mais do que o mínimo prescrito pela lei). Cf. Jairo Nicolau, *Eleições no Brasil*.
13. Beatriz Kushnir, *Cães de guarda, jornalistas e censores*.
14. Gustavo A.A. Ferreira, *Cowboys do asfalto*.
15. Frase do general Olympio Mourão Filho, que detonou o golpe de 1964 com o movimento de suas tropas. Cf. Olympio Mourão Filho, *Memórias*.
16. Elio Gaspari, *A ditadura escancarada*.

4. Os anos de ouro e de chumbo: a retomada do nacional-estatismo (1968-1974) (p.74-92)

1. Fernando Portela, *Guerra de guerrilhas no Brasil*; Leonencio Nossa, *Mata!*.
2. Daniel Aarão Reis, *A revolução faltou ao encontro*.
3. Janaína M. Cordeiro, *Lembrar o passado, festejar o presente*.
4. Gustavo A.A. Ferreira, *Cowboys do asfalto*.
5. Jairo Nicolau, *Eleições no Brasil*.
6. Atitudes que flagrei na análise da trajetória da ditadura revolucionária cubana, mas que podem ser encontradas também no Brasil. Daniel Aarão Reis, "A revolução e o socialismo em Cuba".
7. Pierre Laborie, *Les français des années troubles*.
8. É de se recordar a conhecida observação irônica do escritor e humorista Millôr Fernandes (1923-2012): "A diferença entre uma democracia e um país totalitário é que numa democracia – faça a sua pesquisa! – ninguém vive satisfeito." Em contraste, nas ditaduras, tenderia a haver um aparente, mas falso, contentamento. Seria difícil, porém, negar as evidências que obrigam a pensar a ditadura como uma construção social e histórica. Cf. Breno Serafini, *Millôres dias virão*.
9. Paul Singer, "O processo econômico".
10. Armando Boito Jr., *O sindicalismo de Estado no Brasil*. Armando Boito, naturalmente, extrai dos números apresentados conclusões próprias.
11. Cesar Augusto Martins de Souza, *A estrada invisível*.
12. Bernardo Kucinski, *O senhor K*.

13. Rodrigo Patto Sá Motta, "A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política" e *As universidades e o regime militar*.
14. Francisco Luna e Herbert Klein, "Mudanças sociais no Brasil, 1960-2000" e "Mudanças sociais no período militar".
15. G. Agamben, *Homo Sacer*.

5. O governo Geisel e os planos de uma nova institucionalização da ditadura (1974-1979) (p.93-124)

1. Eric Hobsbawm, *O século dos extremos*.
2. Elio Gaspari, *A ditadura derrotada*.
3. Francisco Carlos Teixeira da Silva, "O Brasil no mundo".
4. Elio Gaspari, op.cit., e *A ditadura encurralada*.
5. Hannah Arendt, *Eichmann à Jérusalem*.
6. Sylvio Frota, *Ideais traídos*; Elio Gaspari, *A ditadura derrotada* e *A ditadura encurralada*.
7. Elio Gaspari, *A ditadura derrotada*.
8. Marco Antonio Tavares Coelho, *Herança de um sonho*.
9. Daniel Aarão Reis, "A vida política".
10. Denise Rolleberg e Samantha Viz Quadrat, *A construção social dos regimes autoritários*; Daniel Aarão Reis, "A revolução e o socialismo em Cuba".
11. Maria Paula N. Araújo, *A utopia fragmentada*.
12. Francisco Luna e Herbert Klein, "Mudanças sociais no período militar".

6. A transição democrática (1979-1988) (p.125-48)

1. Daniel Aarão Reis, *Ditadura militar, esquerdas e sociedade e História do Brasil nação*, vol.5.
2. Leoncio Martins Rodrigues, *Sindicato e Estado*.
3. Pierre Laborie, *Les français des années troubles*.
4. Os dados citados foram extraídos de Paul Singer, "O processo econômico"; e de Francisco Luna e Herbert Klein, "Mudanças sociais no Brasil, 1960-2000" e "Mudanças sociais no período militar".
5. Jairo Nicolau, *Eleições no Brasil*.

7. A Constituição de 1988 e a restauração da democracia (p.149-66)

1. Cf. site do Portal da Câmara e Cedi, *O processo histórico da elaboração do texto constitucional*.
2. Mikhail Gorbatchev, *Perestroika*.
3. Cronologia dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, in Portal da Câmara.
4. Maria D'Alva Kinzo, "O quadro partidário e a Constituinte". Para os debates na Constituinte, ver também Florestan Fernandes, *A Constituinte inacabada*; Rachel Meneguello, *Partidos e governo no Brasil contemporâneo*; Leoncio Martins Rodrigues, *Quem é quem na Constituinte*; Wanderley Guilherme dos Santos, *Sessenta e quatro*.

À maneira de posfácio: reflexões sobre ditadura e democracia no Brasil (p.167-72)

1. Francisco Luna e Herbert Klein, "Mudanças sociais no Brasil, 1960-2000" e "Mudanças sociais no período militar"; Paul Singer, "O processo econômico"; Daniel Aarão Reis (org.), *História do Brasil nação*, vol.5.
2. Versos de Carlos Drummond de Andrade, *Antologia poética*.

Bibliografia

- Aarão Reis, Daniel. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- _____. *Ditadura militar, esquerda e sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.
- _____. "A revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso", in Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*, vol.2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010, p.363-92.
- _____. "A vida política", in Daniel Aarão Reis (org.). *História do Brasil nação*, vol.5. *Modernização, ditadura e democracia 1960-2010*. Rio de Janeiro, Objetiva/Mapfre, 2014.
- _____. (org.). *História do Brasil nação*, vol.5. *Modernização, ditadura e democracia 1960-2010*. Rio de Janeiro, Objetiva/Mapfre, 2014.
- _____, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.
- Andrade, Carlos Drummond de. *Antologia poética*. Rio de Janeiro, José Olympio, 12^a ed., 1978.
- Agamben, G. *Homo Sacer*. Belo Horizonte, UFMG, 2002.
- Araújo, Maria Paula N. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro, FGV, 2000.
- Arendt, Hannah. *Eichmann à Jérusalem: rapport sur la banalité du mal*. Paris, Gallimard, [1966] 2002.
- Arquidiocese de São Paulo. *Brasil: nunca mais*. São Paulo, 1985.
- Assis, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do golpe, 1962-1964*. Rio de Janeiro, Mauad, 2001.
- Augusto, Agnaldo Del Nero. *A grande mentira*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2001.
- Bernardet, Jean-Claude (org.). *De la république oligárquica au Estado militar*. México, Siglo XXI, 1968.
- Bloch, Marc. *L'Étrange défaite*. Paris, Gallimard, [Testemunho escrito em 1940], 1990.
- Boito, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil*. Campinas, Hucitec, 1991.

- Caldas, Álvaro. *Tirando o capuz*. Rio de Janeiro, Codecri, 1981.
- Camargo, Aspásia e Walder de Góes. *Diálogo com Cordeiro de Farias: meio século de combates*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2001.
- Centro de Documentação e Informação (Cedi) da Câmara dos Deputados. *O processo histórico da elaboração do texto constitucional*, 3 vols. Brasília, Câmara dos Deputados, 1992.
- Chirio, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar*. Rio de Janeiro, Zahar, 2012.
- Coelho, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*. Rio de Janeiro, Record, 2000.
- Cordeiro, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, UFF, Niterói, 8 mar 2012. FGV, 2014.
- Corrêa, Marcos Sá. *1964: visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre, L&PM, 1977.
- D'Araujo, Maria Celina e Celso Castro (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro, FGV, 5^a ed., 1997.
- _____. (orgs.). *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro, FGV, 2002.
- _____. e Gláucio Ary Dillon Soares (orgs.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.
- _____. (orgs.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.
- _____. (orgs.). *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995.
- Debray, Régis. "El castrismo, la longa marcha de America Latina", in *Ensayos sobre America Latina*. México, Era, 1969.
- _____. "Revolución en la revolución?", in *Ensayos sobre America Latina*. México, Era, 1969.
- Dreifuss, René. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- Fernandes, Florestan. *A Constituinte inacabada*. São Paulo, Estação Liberdade, 1989.
- Ferreira, Gustavo Alves Alonso. *Cowboys do asfalto: música sertaneja e modernização brasileira*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, UFF, Niterói, 27 mai 2011. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, no prelo.
- Ferreira, Jorge. *João Goulart, uma biografia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

- Fico, Carlos. *Além do golpe, versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro, Record, 2004.
- _____. *O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.
- Frota, Sylvio. *Ideais traídos*. Rio de Janeiro, Zahar, 2006.
- Furtado, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
- _____. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- Gabeira, Fernando. *O que é isso, companheiro?*. Rio de Janeiro, Codecri, 1979.
- Gaspari, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- _____. *A ditadura escancarada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- _____. *A ditadura derrotada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- _____. *A ditadura encurralada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.
- Gorbatchev, Mikhail. *Perestroika*. São Paulo, Best-Seller, 1987.
- Grinberg, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro, Mauad/Faperj, 2009.
- Hobsbawm, Eric. *O século dos extremos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- Ianni, Octavio. *Estado e capitalismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- _____. (org.). *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- _____. *O colapso do populismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- IPM n.709. *O comunismo no Brasil*, 4 vols. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1966-67.
- Kinzo, Maria D'Alva. "O quadro partidário e a Constituinte", in Bolívar Lamounier (org.). *De Geisel a Collor, o balanço da transição*. São Paulo, Idesp, 1990.
- Kucinski, Bernardo. *O senhor K*. São Paulo, Expressão Popular, 2011.
- Kushnir, Beatriz. *Cães de guarda, jornalistas e censores: do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo, Boitempo, 2004.
- Laborie, Pierre. *Les français des années troubles: de la guerre d'Espagne à la libération*. Paris, Desclée de Brouwer, 2003.

- Luna, Francisco e Herbert Klein. "Mudanças econômicas no período militar", in Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.
- _____. "Mudanças sociais no Brasil, 1960-2000", in Daniel Aarão Reis (org.). *História do Brasil nação*, vol.5. *Modernização, ditadura e democracia*. Rio de Janeiro, Objetiva/Mapfre, 2014.
- _____. "Mudanças sociais no período militar", in Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.
- Maciel, Lício e Nascimento, José Conegundes do. *Tentativas de tomada do poder (Orvil)*. São Paulo, Schoba, 2012. Disponível em: <www.averdadesufocada.com>.
- Marini, Rui Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. México, Siglo XXI, 1969.
- _____. *Dialéctica de la dependencia*. México, Era, 11ª reimpressão, 1991.
- Mello, A. Thiago de. *Faz escuro, mas eu canto*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- Meneguello, Rachel. *Partidos e governo no Brasil contemporâneo, 1985-1997*. São Paulo, Paz e Terra, 1998.
- Motta, Aricildes de Moraes (coord. geral) e Geraldo Luis Nery Silva (coord. do projeto). *Projeto história oral do Exército. 1964 – 31 de março, o movimento revolucionário e sua história*, 14 tomos. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2004.
- Motta, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo, Perspectiva, 2002.
- _____. "A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política", in Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.
- _____. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.
- Mourão Filho, Olympio. *Memórias. A verdade de um revolucionário*. Porto Alegre, L&PM, 1978.
- Napolitano, Marcos. "A 'estranha derrota'. Os comunistas e a resistência cultural ao regime militar, 1964-1968", in Marcos Napolitano, Rodrigo Czajka e Rodrigo Patto Sá Motta (orgs.). *Comunistas brasileiros, cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte, UFMG, 2013, p.317-38.
- _____. Rodrigo Czajka e Rodrigo Patto Sá Motta (orgs.). *Comunistas brasileiros, cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte, UFMG, 2013.

- Neto, Casimiro. *A construção da democracia*. Brasília, Centro de Documentação e Informação, Câmara dos Deputados, 2003.
- Nicolau, Jairo. "As distorções na representação dos estados na Câmara dos Deputados brasileira", *Dados*, 40(3), Rio de Janeiro, Iuperj, 1997.
- _____. *Eleições no Brasil: do império aos dias atuais*. Rio de Janeiro, Zahar, 2012.
- Nossa, Leoncio. *Mata! O Major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- Pedrosa, José Fernando. *A grande barreira*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2001.
- Polari, Alex. *Em busca do tesouro*. Rio de Janeiro, Codecri, 1982.
- Portal da Câmara dos Deputados, Brasília. Disponível em: <www2.camara.leg.br>. Acesso em: 15 ago 2013.
- Portela, Fernando. *Guerra de guerrilhas no Brasil*. São Paulo, Global, 1979.
- Portella, Jayme de M. *A revolução e o governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro, Guaíra, 1979.
- Prado Jr., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1966.
- Presot, Aline Alves. *As marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe militar de 1964*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.
- Rodrigues, Leoncio Martins. *Sindicato e Estado*. São Paulo, Ática, 1980.
- _____. *Quem é quem na Constituinte: uma análise sociopolítica dos partidos e dos deputados*. São Paulo, Oesp/Maltese, 1987.
- Rollemburg, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.
- _____. "Memória, opinião e cultura política: a Ordem dos Advogados do Brasil sob a ditadura, 1964-1974", in Daniel Aarão Reis e Denis Rolland (orgs.). *Modernidades alternativas*. Rio de Janeiro, FGV, 2008, p.57-96.
- _____. "A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a ditadura, 1964/1974", in Denise Rollemburg e Samantha Viz Quadrat (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*, 3 vols. *Brasil e América Latina*, vol.2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010, p. 97-144.
- _____. e Samantha Viz Quadrat (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*, 3 vols. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.
- Santos, Francisco Ruas. *Marechal Castello Branco*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2004.

- Santos, Theotonio dos. "El nuevo carácter de la dependencia", in J.M. Mar (org.). *La crisis del desarrollismo y la nueva dependencia*. Buenos Aires, Amorrortu, 1969.
- _____. *Socialismo o fascismo: dilema latino-americano*. Santiago, Prensa Latinoamericana, 1969.
- Santos, Wanderley Guilherme dos. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. Vértice, Rio de Janeiro, 1986.
- Serafini, Breno. *Millhões dias virão*. Porto Alegre, Libretos Universidade, 2013.
- Silva, Francisco Carlos Teixeira da. "O Brasil no mundo", in Daniel Aarão Reis (org.). *História do Brasil nação*, vol.5. *Modernização, ditadura e democracia*. Rio de Janeiro, Objetiva/Mapfre, 2014.
- Singer, Paul. "O processo econômico", in Daniel Aarão Reis (org.). *História do Brasil nação*, vol.5. *Modernização, ditadura e democracia*, 1960-2010. Rio de Janeiro, Objetiva/Mapfre, 2014.
- Sirkis, Alfredo. *Os carbonários*. São Paulo, Global, 1980.
- Souza, Cesar Agusto Martins de. *A estrada invisível: memórias da Transamazônica*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, UFF, Niterói, 4 jun 2012.
- Tavares, Flávio. *Memórias do esquecimento*. Porto Alegre, L&PM, 2004.
- Ustra, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*. Brasília, Editerra, 1974.
- _____. *A verdade sufocada*. Brasília, Ser, 2006.